

TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA: UM CAMINHO PARA A INTERPRETAÇÃO

Nara Dalagnol¹

Resumo: Com embasamento teórico da Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot, mais especificamente da Teoria dos Blocos Semânticos, e tendo como centro de interesse o discurso, seu sentido, e o ensino, objetiva-se com este trabalho construir o sentido do texto analisado, por meio da aplicação dos conceitos fornecidos pela teoria apresentada, demonstrando sua relevância para o ensino da Língua Portuguesa, especificamente no que tange à compreensão textual. Ao fim, concluiu-se que a argumentação, produtora de sentido, está presente na materialidade linguística, motivo pelo qual a Teoria da Argumentação na Língua é um importante suporte teórico para os docentes que visam obter melhores resultados nas atividades de compreensão e interpretação textual, já que o *ditto* torna-se o centro de análise.

PALAVRAS - CHAVE: Teoria da Argumentação na Língua. Análise enunciativa. Ensino de Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A língua é o centro de interesse e estudo de várias áreas do conhecimento, entre elas destacam-se a Linguística, a Psicolinguística, a Sociolinguística. Neste trabalho, volta-se o olhar para o estudo da língua com o objetivo de demonstrar que a argumentação, sentido conferido ao que foi pronunciado, está inscrita nela.

Assim, com o embasamento teórico fornecido pela Teoria da Argumentação na Língua (TAL), mais especificamente pela Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores, visa-se aplicar os conceitos apresentados pela teoria para construir o sentido do discurso, demonstrando, por meio da análise enunciativa, a importância da teoria para o ensino.

Para tanto, optou-se por dividir o trabalho em cinco partes. Na primeira, apresentam-se os principais conceitos da TAL, aplicados na análise do discurso escolhido, que é a entrevista que o presidente do Uruguai, José Mujica, concedeu ao jornal Zero Hora sobre a questão da legalização do consumo limitado da maconha no Uruguai.

No segundo ponto, há informações importantes sobre a intencionalidade de uma

¹ Pós-graduanda do curso de Pós-Graduação em Teorias Linguísticas Contemporâneas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS; e-mail: ndalagnol@yahoo.com.br.

entrevista e seu objetivo, já no terceiro item constrói-se a análise enunciativa. Na sequência, expõem-se algumas reflexões sobre a teoria enquanto possível subsídio teórico do docente para a condução das aulas de compreensão e interpretação textual. Após, tecem-se as considerações finais.

1 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Em linhas gerais, a TAL defende que os argumentos (pontos de vista) do locutor estão postos na materialidade linguística, pois o que se deseja com o enunciado – convencer, ordenar, questionar – está expresso nele. Em vista disso, o contexto exterior é considerado apenas um complemento ao *dito*, não sendo necessário verificá-lo para que o enunciado apresente o posicionamento do locutor.

Como a teoria defende que a argumentação está inscrita na língua, ela torna-se alvo de críticas, já que evita considerar o contexto (histórico, social, psicológico) em suas aplicações, uma vez que ele é considerado um complemento ao *dito*. Mas, por que transportar para a análise enunciativa o contexto exterior se a argumentação – ponto de vista – deve estar inscrita na língua?

Ducrot (1988) afirma que a preocupação do analista deve voltar-se para o *dito* no enunciado, sendo que as questões exteriores ao discurso não devem ser preocupações do linguista, pois elas agem como circunstâncias complementares. Ou seja, em nenhum momento ele desconsidera o contexto, apenas destaca que ele não deve ser o centro das atenções, pois,

el linguista y en particular el linguista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado, es decir debe describir lo que *dice* el enunciado, lo que éste aporta. De manera que lo que le interesa es lo que está en el enunciado y no las condiciones externas de su producción (DUCROT, 1987, p. 17).

A TAL é uma teoria estruturalista, uma vez que ela parte dos conceitos de língua, fala e relação, propostos por Ferdinand de Saussure, para construir sua base teórica. Dessa forma, para Saussure a língua é considerada um “sistema de signos” que obedece às regras impostas pela sociedade de falantes. Já a fala é conceituada como um ato individual, que

segue as regras da língua.

Ducrot (1987), por sua vez, revê e adapta os conceitos apresentados por Saussure, definindo a língua como um conjunto de enunciados que contribuem para explicar os fatos da linguagem. Já a fala é tomada como um ato de comunicação efetivamente realizado. Ou seja, Ducrot entende que a língua - com seus enunciados - explica a fala, por isso elas são inseparáveis, já que, para ter língua, é necessário ter a fala.

Partindo dos conceitos de língua e fala, Ducrot constrói os conceitos de frase, enunciado, discurso, significado e sentido. Para o linguista (1987), a frase é um objeto teórico não observável. Já o enunciado, que é observável e objeto de análise, é a concretização ou manifestação da frase. Por sua vez, o discurso é apresentado como um encadeamento de enunciados que devem estar ligados por um conector. Ducrot (1987) afirma que, ao analisar a frase, verifica-se o seu significado – que conduz ao sentido – e, ao examinar o enunciado, constrói-se o seu sentido.

Cabe lembrar que, ao empregar o conceito de *relação* apresentado pelo estruturalismo, a TAL indica que o valor de um elemento (palavra ou enunciado) só é definido em relação ao outro, de modo que a relação entre eles (enunciados) é que irá definir o valor (sentido) que cada um terá no discurso.

Destaca-se que a teoria apresentada passou por algumas modificações ao longo do tempo, mas sua base teórica, que provém do estruturalismo, bem como a defesa da tese de que a argumentação está inscrita na língua, mantém-se inalterada nas três fases que compõem a teoria (forma *standart* – primeira fase; Teoria Polifônica e Teoria dos *Topoi* – segunda fase; Teoria dos Blocos Semânticos – terceira e atual fase).

Ressalta-se que a primeira fase da TAL (forma *standart*) e a segunda (a Teoria dos *Topoi*) não serão apresentadas neste trabalho, pois seus conceitos não serão empregados na análise enunciativa.

1.2 CONCEITOS BASE PARA A ANÁLISE ENUNCIATIVA

1.2.1 Polifonia

No momento em que Ducrot inaugura a segunda fase da teoria, Teoria Polifônica, ele desenvolve a ideia de que um enunciado apresenta diversas vozes que conduzem para a construção do sentido. Para defender seu posicionamento, o linguista introduz as noções de locutor, sujeito empírico, enunciado e enunciador. Assim, para Ducrot (1988), o locutor é

aquele que se apresenta como responsável pelo enunciado, não sendo, necessariamente, aquele que efetivamente o produziu. Ao produzir o enunciado, o locutor marca o *eu*, o *aquí*, o *agora* e destina a sua enunciação a um interlocutor. Segundo Ducrot, o locutor é

responsavel del enunciado, es decir la persona a quien se le atribuye la responsabilidad de la enunciación [...] El locutor tiene marcas en el enunciado mismo: las de la primeira persona (*yo, mi, me*, etc) y en cierta medida, *aquí, ahora* (DUCROT, 1988, p. 17).

Portanto, o locutor é aquele a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação, sendo ele diferente do sujeito empírico (SE), que é aquele que efetivamente produziu o enunciado, o sujeito no mundo. Ducrot não se interessa pela questão do sujeito empírico (autor efetivo do enunciado), pois “el linguista y en particular el linguista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado” (DUCROT, 1988, p. 17).

Por sua vez, os enunciadores são “a los orígenes de los diferentes puntos de vista que se presentan en el enunciado. No son personas sino “puntos de perspectiva abstratos” (DUCROT, 1988, p.19-20), pois são eles que apresentam os argumentos que orientam o sentido do enunciado.

Ou seja, os enunciadores são pontos de vista (argumentos) elencados pelo linguista de acordo com o que foi *dito* no discurso. Assim, no enunciado “ela chegou cedo da festa” têm-se os seguintes enunciadores: E₁: ela voltou antes do horário previsto; E₂: ela não gostou da festa, por isso voltou antes; E₃: ela não se sentiu bem na festa, por isso voltou antes.

Destaca-se que esses enunciadores (pontos de vista) podem estar ou não de acordo com o sentido expresso pelo locutor. Para realizar essa inferência, é necessário verificar quais são as atitudes que o locutor toma frente a eles, podendo identificar-se, concordar ou refutar os enunciadores. Assim, quando o locutor identificar-se com o enunciador, ele tem como “objetivo de imponer el punto de vista de ese enunciador” (DUCROT, 1988, p. 66).

Dessa forma, o locutor assume a voz posta, já que ela é o foco principal da sua enunciação. Ao concordar, “el locutor indica que está de acuerdo com ese enunciador aun si el enunciado no tiene como objetivo hacer admitir el punto de vista de ese enunciador” (DUCROT, 1988, p. 66). Ao refutar o enunciado, o locutor se opõe ao ponto de vista, uma vez que não coincide com o exposto no enunciado.

No enunciado “Pedro dejó de fumar” (DUCROT, 1988, p. 66), tem-se os seguintes

enunciadores: E₁: Pedro fumava antes (pressuposto); E₂: Pedro não fuma mais; E₃: Pedro continua fumando (esse último enunciador foi acrescentado para efeitos de explicação).

Com base nos enunciadores apresentados, verifica-se que o locutor tem as seguintes atitudes: com relação ao E₁ ele concorda, ou seja, aceita que Pedro fumava no passado; o E₂ é assumido ou identificado pelo locutor, pois ele o impõe ao interlocutor, uma vez que é o foco principal de sua enunciação; e refuta E₃, visto que esse posicionamento não está presente na enunciação, bem como não faz parte do sentido desejado pelo locutor no momento da enunciação.

Ao expor que os enunciadores são argumentativos, Ducrot reinterpreta a ideia base da TAL, pois deixa expresso que o ponto de vista do locutor está presente na língua (nos enunciados). Desse modo, a análise enunciativa deve ser na língua e pela língua. Os conceitos apresentados (locutor, sujeito empírico, enunciado, enunciador) foram desenvolvidos na fase da teoria (Teoria Polifônica) e continuam sendo aplicados na fase atual da TAL – Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) – através da formalização da análise do sentido pelo quadrado argumentativo.

1.2.2 Bloco Semântico

Desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), fase atual da TAL, objetiva:

radicalizar las ideas fundantes de la TADL, teoria que, como ha quedado dicho, busca llevar hasta sus últimas consecuencias las ideas de Saussure, a saber, que el sentido [...] sino simplemente un conjunto de relaciones entre esa entidad y las otras entidades de La lengua. [...] Para La TBS, el sentido de una expresión cualquiera, sea ella una palabra o un enunciado, está constituido por los discursos que esa expresión evoca. A estos discursos los llamamos encadenamientos argumentativos (CAREL; DUCROT, 2005, p. 29).

Por meio desse pensamento, reafirma-se que o sentido do enunciado é resultado da relação que ele mantém com os outros enunciados que fazem parte do discurso e, com o desenvolvimento da análise enunciativa, constrói-se o ponto de vista defendido pelo locutor no momento da enunciação.

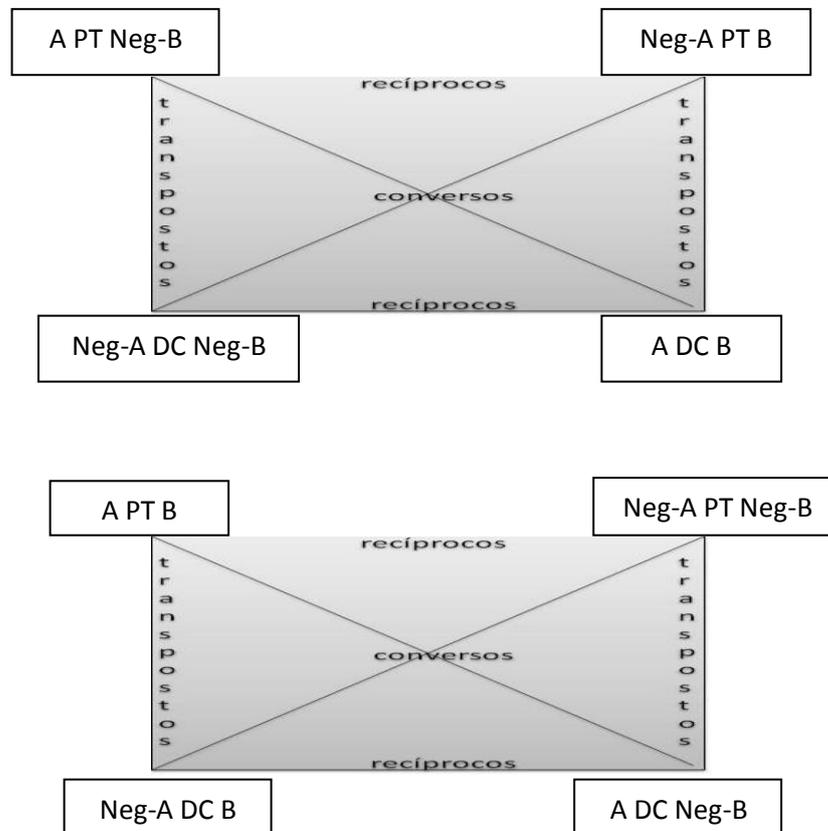
Assim, ao analisar o discurso, examinam-se os enunciados que o constituem. Isto é,

unem-se os encadeamentos argumentativos (dois ou mais enunciados) com o uso de um conector para construir o sentido (bloco semântico) do discurso, bem como o ponto de vista defendido pelo locutor. O conector a ser utilizado pode ser tanto normativo DC (*donc* – portanto), que expressa uma regra, quanto transgressivo PT (*pourtant* – no entanto).

Em síntese, para a TBS o sentido é construído pela análise da relação que se mantém entre os enunciados postos no texto. Logo, verifica-se a relação entre eles por meio de um conector, construindo, assim, o seu sentido do *dito*. Ou seja, “un encadenamiento argumentativo es un encadenamiento entre dos y solo dos segmentos, por consiguiente su forma es siempre del tipo X CONECTOR Y” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 39).

Após a análise dos enunciadores, chega-se ao bloco semântico (ponto de vista defendido pelo locutor no discurso) que é formalizado e testado por meio da aplicação no quadrado argumentativo. Dessa forma, verificam-se as relações entre as diferentes vozes que estão presentes nos enunciadores, bem como a relação do locutor com elas. Assim, constrói-se a polifonia (diferentes vozes) na fase atual da TAL.

De acordo com Carel e Ducrot (2005), o quadrado argumentativo, o qual é a ferramenta para formalizar o bloco semântico, pode ser representado da seguinte forma:



Fonte: RÖRIG, (2012), adaptado.

Além da análise do bloco semântico, pode-se verificar a argumentação interna e externa de um enunciado. Assim, a argumentação externa (AE) corresponde a encadeamentos que podem surgir a partir de uma palavra ou de um enunciado:

la argumentación externa de una entidad lingüística *e* son los encadenamientos en los que *e* puede ser ya el origen, ya el término. En otras palabras, la argumentación externa de una entidad *e* está constituida por los encadenamientos que van hacia *e* o que vienen de *e* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 62).

De acordo com Delanoy, ao aplicar o conceito de AE ao enunciado “ter pressa” tem-se a seguinte representação “*ter pressa DC agir rapidamente*” (DELANOY, 2008, p. 28). Ou seja, constrói-se outro encadeamento que partiu do enunciado apresentado.

2 METODOLOGIA

2.1 CORPUS DE ANÁLISE

O *corpus* da análise enunciativa é a uma parte da entrevista² concedida por José Mujica, presidente do Uruguai, ao jornal Zero Hora, que foi publicada pelo jornal no dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, em meio eletrônico, disponível na íntegra no endereço eletrônico: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/mundo/noticia/2013/11/jose-mujica-queremos-combater-o-narcotrafico-ao-roubar-lhe-o-mercado-4346460.html>>.

No momento em que ocorreu a entrevista, o país uruguaio estava legalizando o consumo limitado da maconha. Acontecimento esse que torna o Estado Soberano o primeiro país da América Latina a regulamentar esse assunto. Ressalta-se que o *corpus* de análise é a entrevista, todavia serão transcritas e analisadas apenas uma pergunta e uma resposta dela.

Ao optar por analisar uma parte da entrevista, faz-se a análise de um dos gêneros textuais disponíveis nas instâncias de comunicação, já que a entrevista é um dos “textos materializados em situações comunicativas recorrentes” (MARCUSCHI, 2008, p. 155). Conforme Silva (2007), o gênero textual “entrevista” é definido como jornalismo informativo, pois apresenta um assunto em destaque. Entretanto, englobando esse gênero pode haver diferentes situações de comunicação com a mesma denominação (entrevista).

² A entrevista foi concedida no ano de dois mil e treze, sendo que seu assunto versa sobre a questão da legalização do consumo limitado da maconha, uma vez que esse tema foi objeto de debate no Estado uruguaio.

De acordo com Silva (2007), a entrevista pode ser definida como sendo a apresentação que se faz sobre um assunto, que parte de perguntas selecionadas e dirigidas a um entrevistado. A autora enfatiza, também, que a entrevista é uma das formas de obter informações sobre um determinado assunto.

Ducrot (1987) faz referência à questão da afirmação e da pergunta, elementos que compõem a entrevista, destacando que é necessário distinguir tema (informações necessárias para satisfação da resposta) e o propósito (o que se diz sobre o tema). Ou seja, ele expõe que o tema refere-se à pergunta e o propósito à resposta, sendo que, ao

“submeter-se ao ato da interrogação realizado por seu interlocutor, esta decisão diz respeito à escolha do tema, e é deste ponto de vista que a resposta dá como ‘escolhida’. Mas, uma vez aceito o tema, o propósito pode aparecer como imposto ao sujeito falante pela representação que é feita do tema. [...] a enunciação é, pois, ainda, descrita, como uma reação motivada pela representação de uma situação (é o específico da exclamação), mas o fato de se representar esta situação – que é o tema da pergunta e da resposta – é dado como o produto de uma decisão conversacional” (o que está vinculado à própria noção de resposta) (DUCROT, 1987, p. 176).

Dessa forma, pode-se verificar que o apontamento apresentado por Ducrot ocorre na entrevista analisada, pois o entrevistado – José Mujica – aceita o questionamento – “submete-se à interrogação” – e conduz sua resposta de acordo com a satisfação daquilo que foi perguntado. Todavia, sua resposta aponta para a escolha que faz sobre a enunciação, pois, mesmo aceitando a pergunta, ele responde de acordo com suas convicções e informações acerca do assunto, podendo não ter elencado elementos que o entrevistador desejasse e quisesse.

Para efeito de análise enunciativa, o locutor da pergunta sempre será o jornalista do jornal Zero Hora. Já o locutor das respostas será José Alberto Mujica Cordano, ou como conhecido, Pepe Mujica, atual presidente do Uruguai. Informa-se que a análise enunciativa, de apenas parte da entrevista apresentada, destina-se apenas a aplicar os conceitos da teoria em estudo, sendo que os resultados remontam o sentido produzido pelo discurso.

Portanto, não serão apresentadas visões, opiniões (de aceitação ou não, se o ato é benéfico ou não à sociedade) sobre a legalização do consumo limitado da maconha. Volta-se a dizer que a análise da entrevista tem como objetivo aplicar os conceitos da Teoria da Argumentação na Língua, demonstrando que o sentido está inscrito na língua (está posto na materialidade linguística), bem como demonstrar que essa forma de análise enunciativa pode

contribuir para o ensino de Língua Portuguesa.

2.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise enunciativa seguirá os seguintes passos: 1º) análise da argumentação externa dos enunciados com auxílio dos conectores (DC – PT) e construção dos encadeamentos; 2º) construção do bloco semântico (BS) com a aplicação do quadrado argumentativo (verificação da polifonia do enunciado); 3º) posição do locutor frente ao encadeamento construído; 4º) análise dos blocos semânticos construídos ao longo da análise enunciativa; 5º) construção de um bloco semântico global do discurso analisado e verificação da polifonia (aplicação no quadrado argumentativo).

Para o desenvolvimento de análise de acordo com a TAL, cada frase da entrevista será considerada um segmento, sendo numeradas de acordo com a ordem em que aparecem no discurso (primeira frase será S1; segunda frase S2,...). Dessa forma, poderá ser verificado quais segmentos (enunciados) foram selecionados para a análise, sua localização no texto, as relações que mantêm um com o outro, verificando como o sentido do texto é construído.

A escolha por identificar cada frase como um segmento refere-se à aplicação da noção de relação, fundamento da TAL, demonstrando que cada segmento possui relação com o outro, como uma espécie de argumento ou conclusão. Veja-se o fragmento da entrevista a ser analisado.

ZH — (S1) *Quando o senhor tenta legalizar a produção da maconha, é uma maneira de fazer com que um aspecto perverso do capitalismo, que é o narcotráficante, seja afastado do processo?*

Mujica — (S1) *Nós não legalizamos a maconha. (S2) Regulamos um mercado que já existe. (S3) Nós não inventamos esse mercado. (S4) Ele já existe. (S5) Hoje. (S6) Aqui. (S7) Tratamos de regular e intervir nesse mercado. (S8) Porque o narcotráfico é pior que a droga. (S9) O narcotráfico nos traz outros problemas sociais terríveis. (S10) Ele degrada o mundo delituoso. (S11) Arruma tudo com dinheiro ou morte. (S12) Há um lema: dinheiro (plata) ou chumbo (plomo). (S13) O mundo delituoso também tinha uma escala de valores. (S14) O narcotráfico significa uma degradação na degradada consciência delituosa. (S15) É, dentro da cultura do delito, agravar o pior do delito. (S16) As consequências sociais vão além do narcotráfico. (S17) Toda a delinquência fica violenta, desproporcionalmente violenta. (S18) Nossa sociedade está coberta de uma violência irracional e estúpida, às vezes, por ser desproporcional. (S19) Sou capaz de matar um homem para tirar-lhe um dinheiro mínimo, de um trabalhador comum. (S20) No campo do delito, sempre houve uma certa proporção entre o que se podia fazer e o que não valia a pena. (S21) Isso se perde com o narcotráfico. (S22) Estamos tentando terminar com esse mercado, legalizando o consumo da maconha, mas controlando-o, dando uma ração mensal ao viciado. (S23) Se a pessoa quiser passar dessa ração, teremos que tratá-la. (S24) Se mantemos essas pessoas no mundo clandestino, não*

podemos identificá-las, e as deixamos para o narcotráfico. (S25) Queremos combater o narcotráfico ao roubar-lhe o mercado e o deixando sem negócio. (S26) Se conseguiremos, não sei. (S27) O que pedimos é o direito de experimentar, em frente ao evidente fracasso, em todos os lugares, que a repressão teve. (S28) A repressão não chega, acredite. (S29) Queremos fazer política por outro lado. (S30) O narcotráfico é um fenômeno capitalista típico. (S31) Como tem alto risco, tem alta taxa de lucro. (S32) E por que tem alta taxa de lucro? (S33) Porque é um monopólio, poucos o praticam porque tem alto risco. (S34) Mas é um fenômeno que se alimenta assim mesmo. (S35) A repressão assegura o monopólio para os poucos que estão no negócio. (S36) Não há concorrência, ou há muito pouca. (S37) Esse é apenas um aspecto de tantos. (S38) O que queremos fazer é um teste social.

3 ANÁLISE DO TEXTO

Após apresentação do fragmento do discurso, analisa-se a entrevista de acordo com os passos já informados no item 2.2. Os enunciadores serão apresentados por meio do símbolo “E” e o bloco semântico por “BS”. A primeira sequência a ser analisada refere-se à pergunta feita pelo entrevistador.

Enunciado: *quando o senhor tenta legalizar a produção da maconha DC é uma maneira de fazer com que um aspecto perverso do capitalismo, que é o narcotraficante, seja afastado do processo? (S1)*

E₁: aspecto perverso do capitalismo DC existência do narcotraficante;

E₂: legalizar a produção da maconha DC afastar o narcotraficante do processo;

E₃: tentativa de afastar o narcotraficante do processo DC legalizar a produção da maconha;

E₄: não legalizar a produção da maconha DC não afastar o narcotraficante do processo;

E₅: não legalização da produção da maconha DC presença do narcotraficante.

BS 1: legalizar a produção da maconha DC afastar o narcotraficante do processo.

No questionamento construído pelo entrevistador, evidencia-se que ele deseja obter a confirmação sobre a possibilidade de legalizar o processo de produção da maconha, com vistas a afastar o narcotraficante da relação de produção e venda do produto. Assim, destaca-se que o locutor assume o que é posto no E₂, pois afirma que, com a legalização da maconha, o narcotraficante seria afastado do processo de produção do produto.

Ao aplicar o bloco semântico A DC B (legalizar a produção da maconha DC afastar o narcotraficante do processo) no quadrado argumentativo, contata-se que o aspecto recíproco Neg-A DC Neg-B (não legalizar a produção da maconha DC não afastar o narcotraficante do

processo) é aceito pelo locutor, pois, caso não ocorra a legalização da maconha, o narcotraficante não será afastado do processo e continuará atuando na sociedade, obtendo lucro com esse mercado e, portanto, representando a forma cruel do capitalismo.

Partindo do tema proposto na pergunta (legalização da produção da maconha), José Mujica apresenta sua resposta. Abaixo segue sua análise.

Enunciado: *nós não legalizamos a maconha (S1) PT regulamos um mercado que já existe (S2).*

E₁: não legalizar a maconha PT regular um mercado;

E₂: o produto - maconha - não é legalizado PT o mercado da maconha será legalizado;

E₃: mercado existente DC Estado impõe regras.

BS 2: regula o mercado PT não legaliza a maconha.

O BS versa sobre a regulamentação de um mercado (aplicação e cumprimento de regras), por meio de regras impostas pelo Estado a ele. Ressalta-se que, nesse ponto da entrevista, Mujica afirma, e o enunciado comprova, que ele não legalizou a maconha. Portanto, infere-se que ela é um produto que não pode ser livremente consumido, mas seu mercado é regulamentado através de regras impostas pelo Estado.

No quadrado argumentativo tem-se como base o bloco semântico A PT Neg-B (regula o mercado PT não legaliza a maconha), já que é afirmado que houve apenas a regulamentação do mercado através da apresentação de regras ao mercado, no qual se enquadra esse produto, mas a legalização, ou livre consumo do produto, não ocorreu.

O aspecto recíproco do BS é representado por Neg-A PT B (não regula o mercado PT legaliza a maconha), sendo ele refutado pelo locutor, pois a legalização da maconha, ou seu livre consumo, não ocorre. Isso é confirmado pelo *dito* em S1, no qual o locutor afirma que “nós não legalizamos a maconha”. Isso é, apenas o Estado ditou regras a serem seguidas pelo mercado que envolve esse produto.

O aspecto transposto do BS é Neg-A DC Neg-B (não regula o mercado DC não legaliza a maconha) é uma voz negada pelo locutor, já que se opõe ao *dito*. Ou seja, o locutor afirma que regulou o mercado, impôs regras, porém não legalizou a maconha para o livre consumo. A voz conversa ao bloco semântico A DC B (regula o mercado DC legaliza a maconha) também é refutada pelo locutor, uma vez que não tem suporte no discurso para ser defendida, isso porque houve a regulamentação do mercado e não do produto.

Enunciado: *regulamos um mercado que já existe (S2) DC nós não inventamos esse mercado (S3); ele já existe (S4); hoje (S5); aqui (S6); tratamos de regular e intervir nesse*

mercado (S7).

E₁: mercado existente DC não há novidade;

E₂: mercado existente DC intervir no mercado por meio de regras impostas pelo Estado;

E₃: regular o mercado existente DC não se inventou o mercado;

E₄: regular o mercado DC intervenção do Estado.

BS 3: comércio existente DC o Estado intervêm impondo regras de controle.

No momento em que se aplica o quadrado argumentativo no BS3 (comércio existente DC o Estado intervêm impondo regras de controle – A DC B), percebe-se que o aspecto converso A PT Neg-B (comércio existente PT o Estado NÃO intervêm impondo regras de controle) é negado, já que nesse fragmento fica evidente que há um comércio e que, por isso, o Estado irá interferir, regulando-o.

Constata-se que o aspecto transposto Neg-A PT B (comércio NÃO existente PT o Estado impõe regras) também é refutado, já que o Estado não necessita regular o que não existe. A voz recíproca Neg-A DC Neg-B (comércio NÃO existente DC o Estado NÃO impõe regras) é uma voz aceita pelo locutor, pois o Estado só impôs suas regras em virtude da existência de um mercado que ainda não havia sido regulamentado. Caso a relação de compra e venda (mercado) não existisse, o Estado não precisaria preocupar-se com a regulamentação.

Enunciado: *as consequências sociais vão além do narcotráfico (S16); porque o narcotráfico é pior que a droga (S8) DC ele degrada o mundo delituoso (S10); o narcotráfico significa uma degradação na degradação da consciência delituosa (S14); é dentro da cultura do delito, agravar o pior do delito (S15); nossa sociedade está coberta de uma violência irracional e estúpida, às vezes, por ser desproporcional (S18).*

E₁: narcotráfico DC ser pior que a droga;

E₂: narcotráfico DC degrada o crime;

E₃: narcotráfico DC destruição dentro da destruição do delito;

E₄: narcotráfico DC agravar o pior dos crimes;

E₅: narcotráfico DC maior destruição;

E₆: narcotráfico DC violência desproporcional.

BS 4: narcotráfico DC ter agravamento do delito e aumento da degradação.

O bloco semântico representado no quadrado argumentativo por A DC B (narcotráfico DC ter agravamento do delito e aumento da degradação) refere-se às consequências do narcotráfico (agravar do delito, maior destruição, aumentar a violência), que são aspectos considerados como sendo piores que a droga. A voz recíproca ao BS (Neg-A DC

Neg-B -não - ter - narcotráfico DC não ter agravamento do delito e não ter o aumento da degradação) é aceita pelo locutor, pois, caso o narcotráfico não exista, a destruição que ocorre no mundo já degradado e a agravamento dos crimes, também não existirão.

Mas os aspectos converso (A PT Neg-B - narcotráfico PT não ter agravamento do delito e não ter o aumento da degradação) e transposto (Neg-A PT B - não ter narcotráfico PT ter agravamento do delito e aumento da degradação) ao bloco semântico são negados pelo locutor, visto que a existência do narcotráfico indica maior degradação no interior da destruição, bem como agravamento dos crimes. Assim, se o narcotráfico não existir, suas consequências (agravamento de crimes e maior degradação) desaparecerão.

Enunciado: *o narcotráfico nos traz problemas sociais terríveis (S9); DC arruma tudo com dinheiro ou morte (S11); há um lema: dinheiro (plata) ou chumbo (plomo) (S12); toda a delinquência fica violenta, desproporcionalmente violenta (S17); sou capaz de matar um homem para tirar-lhe um dinheiro mínimo, de um trabalhador comum (S19).*

- E₁: narcotráfico DC problemas sociais terríveis;
- E₂: narcotráfico DC maiores problemas sociais;
- E₃: narcotráfico DC resolve ou com dinheiro ou com morte;
- E₄: narcotráfico DC crime desproporcionalmente violento;
- E₅: violência desproporcional DC matar por dinheiro mínimo;
- E₆: narcotráfico DC crime desproporcionalmente violentos;
- E₇: narcotráfico DC ter crimes violentos; resolver com dinheiro ou morte.
- BS 5: narcotráfico DC maiores problemas sociais.

Nos segmentos analisados, constata-se que o locutor apresentou a construção do que significa “o narcotráfico trazer problemas sociais terríveis”. Assim, ele constrói a caracterização de acordo com os enunciadores apresentados (resolve tudo com dinheiro ou morte, crimes desproporcionalmente violentos, matar por muito pouco, violência desproporcional).

O bloco semântico A DC B (narcotráfico DC maiores problemas sociais) é assumido pelo locutor, pois, de acordo com o *ditto*, o narcotráfico traz grandes problemas sociais, tais como: a violência desproporcional, resolver com dinheiro ou morte, mortes para retirar do outro um dinheiro mínimo. O aspecto recíproco do BS é Neg-A DC Neg-B (não ter o narcotráfico DC não ter maiores problemas sociais), sendo ele aceito e desejado pelo locutor, já que excluindo o narcotráfico do meio social significaria não ter tantos problemas sociais.

A voz conversa (A PT Neg-B - narcotráfico PT não ter problemas sociais) e a voz transposta (Neg-A PT B - não ter narcotráfico PT maiores problemas sociais) são negadas

pelo locutor, já que não tendo narcotráfico não existirão problemas sociais ou não existindo maiores problemas sociais significaria que não há presença do narcotráfico na sociedade.

Enunciado: *o mundo delituoso também tinha uma escala de valores (S13); no campo do delito, sempre houve uma certa proporção entre o que se podia fazer e o que não valia a pena (S20) PT isso se perde com o narcotráfico (S21).*

E₁: mundo do crime DC haver escala de valor;

E₂: mundo do crime DC saber o que valia ou não a pena fazer;

E₃: escala de valor DC saber o que vale ou não a pena fazer;

E₄: escala de valor PT perdeu-se com a presença de narcotráfico;

E₅: limites do que vale a pena fazer ou não PT perde-se com a presença do narcotráfico.

BS 6: presença do narcotráfico DC perder a escala de valor.

O bloco semântico é representado no quadrado argumentativo por A DC B (presença do narcotráfico DC perder a escala de valor). Essa voz é assumida pelo locutor que destaca que com a presença do narcotráfico, há perda da proporção entre o que vale ou não a pena fazer, agindo de forma desproporcional. A voz recíproca Neg-A DC Neg-B (não ter a presença do narcotráfico DC não perder a escala de valor) é uma voz aceita, já que, ao excluir da sociedade o narcotraficante, pode-se ter o limite/proporção do que pode ou não fazer, do que vale a pena ou não fazer.

A voz conversa A PT Neg-B (presença do narcotraficante PT não perder a escala de valores) e transposta Neg-A PT B (não ter a presença do narcotraficante PT perder a escala de valores) são refutadas pelo locutor, pois, sem a presença do narcotraficante, há uma escala de valor, porém com a presença dele essa escala perde-se.

Antes de prosseguir com a análise, é necessário ressaltar que os três últimos blocos semânticos analisados (BS 4: narcotráfico DC ter agravamento do delito e ter aumento da degradação; BS 5: narcotráfico DC maiores problemas sociais; BS 6: presença do narcotráfico DC perder a escala de valor) foram analisados separadamente por questões metodológicas, bem como para identificação da construção da argumentação do locutor.

Todavia, destaca-se que eles apresentam uma ligação, pois abordam o mesmo ponto. Ou seja, referem-se à presença do narcotráfico na sociedade e os problemas que ele traz para o meio social. Assim, informa-se que há um bloco semântico principal (narcotráfico DC problemas sociais), que é complementado pela argumentação dos sub-blocos (narcotráfico DC ter agravamento do delito e ter aumento da degradação; presença do narcotráfico DC perder a escala de valor).

Enunciado: *estamos tentando terminar com esse mercado, legalizando o consumo da maconha (início do S22) PT (mas) controlando-o, dando uma ração mensal ao viciado (final do S22); se a pessoa quiser passar dessa ração, teremos que tratá-la (S23); se mantermos essas pessoas no mundo clandestino, não podemos identificá-las, e as deixamos para o narcotráfico (S24).*

E₁: o Estado legalizar o consumo DC o Estado controla o mercado de acordo com suas regras;

E₂: o Estado controla o mercado DC o traficante não controla;

E₃: legalizar o consumo DC terminar o mercado do narcotráfico;

E₄: legalizar o consumo DC limitar o consumo;

E₅: consumo fora do limite permitido DC necessidade de tratamento;

E₆: saber quem consome DC identificação do consumidor;

BS 7: legalizar o consumo DC impor limites ao uso.

Nesse bloco semântico (legalizar o consumo DC impor limites ao uso – A DC B), constata-se que o Estado Uruguaio apresenta a questão da legalização do consumo limitado da maconha. Ou seja, não ocorrerá a legalização da produção da maconha como informado e questionado pelo entrevistador, mas sim a legalização do consumo limitado. Com a legalização da maconha, o Estado passa a identificar o consumidor e controlar o uso por meio das regras impostas; caso o consumidor ultrapasse o limite de consumo permitido, ferirá a lei, e sofrerá a interferência do Estado, que irá tratá-lo.

O aspecto recíproco Neg-A DC Neg-B (não legalizar o consumo DC não impor limites ao uso) ao BS é aceito pelo locutor, já que, se não houver a legalização do produto, não poderá haver controle de uso e identificação do usuário. A voz conversa ao BS (A PT Neg-B - legalizar o consumo PT não imposição de limite ao uso) é refutada, uma vez que, com a legalização do consumo, deve haver controle e fiscalização por parte do Estado. O aspecto transposto Neg- A PT B (não legalizar o consumo PT impor limite ao uso) também é refutado pelo locutor, pois ele não condiz com o *dito* que está expresso no BS. Isso porque, para impor limites ao uso da maconha, é necessário que haja a regulamentação do produto por parte do Estado.

Enunciado: *queremos combater o narcotráfico ao roubar-lhe o mercado e o deixando sem negócio (S25) PT se conseguiremos, não sei (S26); o que pedimos é o direito de experimentar, em frente ao evidente fracasso, em todos os lugares, que a repressão teve (S27); a repressão não chega, acredite (S28); queremos fazer política por outro lado (S29); o que queremos fazer é um teste social (S38).*

E₁: combater o narcotráfico DC roubar o mercado do narcotráfico;

E₂: roubar o mercado do narcotráfico DC excluir o narcotráfico do mercado;

E₃: combater o narcotráfico DC deixar o narcotráfico sem mercado;

E₄: permanência do narcotráfico na sociedade DC fracasso da repressão;

E₅: combater o narcotráfico PT repressão não é suficiente;

E₆: fracasso da repressão DC fazer política por outro lado;

E₇: fazer política por outro lado DC roubar o mercado e retirar o narcotraficante do negócio;

E₈: fazer política por outro lado DC teste social.

BS 8: nova política como teste social DC combate ao narcotráfico retirando-o do mercado.

Com esse bloco semântico, percebe-se que a medida até então tomada, repressão, não foi suficiente para combater o narcotráfico, por isso apresenta-se uma nova forma de atuação, uma nova política. Assim, entende-se que é necessário apresentar outras medidas para combater o narcotráfico, medida essa que inclui retirá-lo ele do mercado. Para tanto, o Estado regulamenta o mercado e legaliza o consumo limitado do produto, passando a interferir para que o narcotráfico seja retirado dele.

O BS é representado, no quadrado argumentativo, por A DC B (nova política como teste social DC combate ao narcotráfico, retirando-o do mercado). Como aspecto converso, tem-se A PT Neg-B (nova política como teste social PT não (há) combate ao narcotráfico, não retirando-o do mercado) e como aspecto transposto constrói-se Neg-A PT B (não (há) nova política como teste social PT combate o narcotráfico retirando-o do mercado). Esses aspectos são negados, uma vez que, havendo combate ao narcotráfico, com o objetivo de retirá-lo do mercado, há a aplicação de uma nova política.

A voz recíproca ao BS é Neg-A DC Neg-B (não (há) nova política como teste social DC não (há) combate ao narcotráfico nem sua retirada do mercado), sendo que ela é aceita pelo locutor, pois, caso a política atual não seja alterada, não haverá nem mudanças nem a retirada do narcotráfico do mercado de venda da maconha.

Enunciado: *o narcotráfico é um fenômeno capitalista típico (S30) DC como tem alto risco, tem alta taxa de lucro (S31); e por que tem alta taxa de lucro? (S32) Porque é um monopólio, poucos praticam porque tem alto risco (S33); mas é um fenômeno que se alimenta assim mesmo (S34); a repressão assegura o monopólio para os poucos que estão no negócio (S35); não há concorrência, ou há muito pouco (S36); esse é apenas um aspecto de tantos (S37).*

E₁: narcotráfico é fenômeno capitalista DC alto lucro;

E₂: narcotráfico com alta taxa de lucro DC monopólio do negócio;

E₃: monopólio DC pouca concorrência;

E₄: monopólio DC alta lucratividade.

BS 9: o narcotráfico é um mercado capitalista DC há monopólio com alta taxa de lucro.

O bloco semântico acima destaca que a nova forma de política visa retirar o narcotráfico do mercado de drogas, já que ele possui o monopólio do negócio e, assim, auferir altas taxas de lucratividade. Dessa forma, por meio da regulação do mercado (venda, produção) e legalização do consumo limitado da maconha o Estado, irá interferir, para que o monopólio do negócio não esteja concentrado na figura do narcotraficante.

Quando se aplica o bloco semântico – o narcotráfico é um mercado capitalista DC há monopólio com alta taxa de lucro (A DC B), no quadrado argumentativo, tem-se como aspecto recíproco a voz Neg-A DC Neg-B (o narcotráfico não é um mercado capitalista DC não há monopólio com alta taxa de lucro) que é negada, já que o *dito* presente no BS contraria essa possibilidade de construção.

A voz transposta Neg A PT B (o narcotráfico não é um mercado capitalista PT há monopólio com alta taxa de lucro) e a voz conversa A PT Neg-B (o narcotráfico é um mercado capitalista PT não há monopólio com alta taxa de lucro) são negadas, pois parte delas não coincide com o que é apresentado no enunciado, o qual informa que o narcotraficante representa o sistema capitalista, já que mantém o monopólio do negócio.

3.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise dos enunciados e a construção de seus blocos semânticos, pode-se construir um bloco semântico que engloba todo o discurso. Para isso, é necessário retomar quais blocos semânticos foram construídos ao longo da análise enunciativa.

1- legalizar a produção da maconha DC afastar o narcotraficante do processo;

2 - regula o mercado PT não legaliza a maconha;

3 - comércio existente DC o Estado intervêm impondo regras de controle;

4 - narcotráfico DC ter agravamento do delito e ter aumento da degradação.

5 - narcotráfico DC maiores problemas sociais.

6 - presença do narcotráfico DC perder a escala de valor.

7 - legalizar o consumo DC impor limites ao uso.

8 - nova política como teste social DC combate ao narcotráfico retirando-o do mercado.

9 - o narcotráfico é um mercado capitalista DC há monopólio com alta taxa de lucro.

Com base nesses blocos semânticos, pode-se inferir que o Uruguai irá regular, normatizar um MERCADO já existente, que seria apenas controlado pelo narcotráfico. Assim, quando o Estado passa a interferir no mercado por meio de regras, tem a possibilidade de identificar o consumidor e limitar seu consumo, que será de acordo com a medida estabelecida (caso essa medida seja excedida o Estado intervém – S23). Ao interferir nesse mercado, o narcotraficante é excluído dessa relação, sendo seu mercado reduzido, isso com vistas a conduzi-lo à falência (*dito* presente no segmento vinte e cinco do texto).

Ao longo da análise, constata-se que o locutor aponta para a necessidade de interferência do Estado, já que a existência do narcotráfico acarreta inúmeros problemas sociais (violência desproporcional, destruição dentro da própria destruição). Para tanto, destaca a necessidade de uma nova política, já que as medidas até então tomadas (repressão – S28) pelo Estado não foram suficientes, não conseguindo controlar o consumo da droga, nem excluir o narcotráfico do meio social, nem reduzir os índices de criminalidade existentes como causa desse negócio.

Ao apontar para uma nova forma de política, o locutor faz referência a uma nova atuação do Estado, que irá regulamentar o mercado e legalizar o consumo limitado da maconha, uma vez que o Estado irá interferir, por meio da imposição de limites ao consumo (S22). Caso as normas não sejam cumpridas, o consumidor, que é identificado pelo Estado, passa a sofrer interferência dele, que irá conduzi-lo para tratamento (S23). Assim, o livre consumo da maconha não foi liberado pelo Uruguai, apenas regulamentado (legalizado) o mercado e legalizado o consumo limitado da maconha. Essa afirmação pauta-se no *dito* dos segmentos vinte e dois e vinte e três da entrevista.

Do exposto, infere-se que o BS que representa o discurso (fragmento da entrevista) é assim construído: intervenção do Estado regulando o mercado e legalizando o consumo limitado da maconha DC há uma nova política de combate ao narcotráfico (A DC B).

De acordo com esse bloco semântico, pode-se construir sua voz recíproca Neg-A DC Neg-B (não intervenção do Estado regulando o mercado e legalizando o consumo limitado da maconha DC não há uma nova política de combate ao narcotráfico) que é aceita, pois se o Estado Uruguai não intervir, regulando o mercado e legalizando o consumo limitado da maconha não haverá uma nova política, nem mesmo o narcotráfico será afastado do mercado,

já que a situação social permanecerá inalterada.

A voz transposta (Neg-A PT B - não intervenção do Estado regulando o mercado e legalizando o consumo limitado da maconha PT há uma nova política de combate ao narcotráfico) e a voz conversa (A PT Neg-B - intervenção do Estado regulando o mercado e legalizando o consumo limitado da maconha PT não há uma nova política de combate ao narcotráfico) são refutadas pelo locutor, uma vez que não representam o *dito* na entrevista.

Ou seja, no momento que o Estado intervém, legalizando o consumo limitado da maconha e regulando o mercado, o narcotráfico passa ser o alvo do Estado, pois seu mercado ficará reduzido, podendo ser anulado. Com isso, visa-se excluí-lo do mercado, reduzindo os problemas sociais que ele causa à sociedade. Essa é uma nova forma de atuação política, pois os mecanismos até então empregados (repressão) não foram suficiente para anular a atuação e consequências do narcotráfico.

Um aspecto a ser considerado nesse trabalho é a confrontação entre o que foi posto no tema da pergunta pelo entrevistador (legalização da produção da maconha) e o propósito apresentado pelo entrevistado (“nós não legalizamos a maconha”(S1), legalizando o consumo da maconha, “mas controlando-o, dando uma razão mensal ao viciado” – S22).

Assim, constata-se que o jornal desejava obter informações acerca do tema específico, legalização da produção da maconha, por isso construiu sua pergunta com essa orientação enunciativa. Como analisado na resposta de Mujica, percebe-se que ele submete-se ao tema. Porém, distancia-se dele e responde a questão construindo outro ponto de vista. Ou seja, nega a legalização da produção da maconha expondo e argumentando sobre a legalização do consumo limitado (comprovado pelo *dito* do segmento vinte e dois do texto).

Como destacado nesse trabalho, Ducrot afirma que “a enunciação é [...] uma reação motivada pela representação de uma situação, [...] o fato de se representar esta situação” (DUCROT, 1987, p. 176). Logo, Mujica distancia-se do tema da interrogação (legalização da produção da maconha), construindo seu enunciado a partir da situação que ocorre no momento da enunciação (legalização do consumo limitado da maconha). Assim, ele destaca os fatos conforme as suas convicções, sendo que elas são de acordo com o seu ponto de vista.

Ressalta-se que há um ponto em comum entre o que é argumentado pelo entrevistador e por Mujica, já que eles apontam que a legalização da maconha é uma forma de afastar o narcotráfico/narcotraficante da sociedade. Ou seja, partem de argumentos diferentes (legalização da produção da maconha – ponto de vista do entrevistador – e legalização do consumo limitado da maconha – ponto de vista o entrevistado) para chegar à mesma conclusão, que é a necessidade de afastar o narcotráfico da sociedade.

4 TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Conforme verificado no item anterior, o sentido do discurso está inscrito na língua (ideia base da TAL). Logo, é desnecessário analisar o contexto exterior para construir o sentido do texto, já que o enunciado apresenta a enunciação. Destaca-se que o processo de escrita não é alheio ao mundo exterior, sendo que os elementos que marcam o contexto social estão dentro do texto. Dessa forma, apresenta-se a TAL como possível subsídio teórico para o desenvolvimento das aulas de Língua Portuguesa, uma vez que ela analisa o que é posto no texto e, conseqüentemente, colabora com o processo de compreensão, bem como de interpretação textual, que pode ser definida como a identificação e o reconhecimento do sentido geral do discurso.

A escolha da TAL, como uma possível teoria a ser aplicada ao ensino, refere-se ao fato dela apresentar uma análise enunciativa em que se verifica o posicionamento do locutor, o objetivo do texto, de acordo com o que está posto do discurso. Dessa forma, o texto passa a ser o foco de análise, conduzindo a uma compreensão e interpretação textual de acordo com os limites estabelecidos pelo discurso.

Enfatiza-se que a teoria analisa o *dito* a partir do exposto na materialidade linguística, por isso pode contribuir para a compreensão de “textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produzem” (BRASIL, 1997, p. 33). Portanto, a TAL pode ser vista como subsídio no desenvolvimento das aulas de Língua Portuguesa, pois pode auxiliar na compreensão e interpretação, conduzindo o estudante para a análise crítica e adequada do texto.

Para obter melhores resultados, tanto nas avaliações quanto nas atividades rotineiras de compreensão e interpretação textual é necessário que o discente compreenda o que está expresso no discurso, bem como perceba que o sentido pretendido pelo locutor deve-se fazer presente no enunciado. Esses objetivos podem ser atingidos no momento em que se utiliza a TAL (especificamente os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos) nas aulas, já que seu modelo de análise fará com que o enunciado seja analisado nas relações com outros enunciados.

É importante destacar que a base teórica da TAL pode servir de subsídio para o docente, que a conhecendo seguirá o modelo de análise em seus estudos. Mas, antes da aplicação da teoria em sala de aula (ensino fundamental e médio), deve-se construir a

transposição didática, ou seja, adaptar a teoria. Como exemplo de aplicação (transposição didática), cita-se o seguinte enunciado (analisado no item 3 desse trabalho): “regulamos um mercado que já existe DC nós não inventamos esse mercado; ele já existe; hoje; aqui; tratamos de regular e intervir nesse mercado”.

Dessa forma, a proposta de aplicação da teoria ao ensino, com vistas à compreensão e interpretação do enunciado, inicia pela substituição do conector DC por uma conjunção conclusiva “portanto”. Assim, o docente fará a leitura dos enunciados unindo-os pela conjunção “portanto”. Após, questionará os estudantes acerca do sentido expresso nos enunciados. Essas perguntas podem versar sobre: a que tipo de mercado o locutor se refere? Quem domina esse mercado? Quem impõe as regras de compra e venda do produto? O que o Estado (país do Uruguai) deseja? O Uruguai criou esse mercado?

No momento em que os estudantes respondem aos questionamentos, escrevem-se frases que resumam a análise dos enunciados. Ao final, elabora-se uma frase que sintetize a ideia apresentada pelos enunciados analisados, isso é, constrói-se o bloco semântico. Como fechamento faz-se a análise das frases que sintetizaram as ideias principais do texto (blocos semânticos dos enunciados), construindo apenas uma frase que resuma o texto analisado (bloco semântico do discurso).

Outra forma de analisar a materialidade linguística, com base na TAL (TBS), é por meio da apresentação de um quadro de enunciados a serem completados. Como exemplo, cita-se: regulamos um mercado portanto..., há narcotráfico portanto.... Partindo dos segmentos apresentados os estudantes escreverão as argumentações correspondentes a esses encadeamentos, sendo que elas deverão estar de acordo com o *dito* no texto (ideia base da TAL – a argumentação está inscrita na língua). Assim, poderá ser construído o seguinte quadro:

Regulamos um mercado (início do S2) PORTANTO	- não legalizamos a maconha (S1); - ele já existe (S4); - intervir nesse mercado (final do S7).
Há narcotráfico (início do S9) PORTANTO	- há problemas sociais (S9); - arruma tudo com dinheiro ou morte (S11).

A proposta apresentada conduz o discente na compreensão de que os argumentos (ponto de vista do locutor) estão expressos no discurso (base fundamental defendida pela TAL), visto que a língua apresenta os argumentos necessários para a construção dos sentidos.

Mas, o educador, com embasamento teórico da TAL, conduzirá o educando nessa percepção e construção de sentido. Reforça-se o desejo de aplicação da teoria ao ensino de Língua Portuguesa, pois ela pode conduzir o estudante para a construção do sentido a partir da análise do enunciado e de suas relações, verificando, assim, a produção da argumentação do discurso.

Dessa forma, com a aplicação da TAL, especificamente com a TBS, o texto é analisado como um todo, percebendo a construção de seu sentido e o posicionamento do locutor frente ao *dito*. Essa visão colabora com o objetivo proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa), que versa sobre a análise crítica dos “diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos [...] inferindo as possíveis intenções do autor marcadas no texto” (BRASIL, 1998, p. 33).

Cabe destacar que, com a aplicação da TAL ao ensino de Língua Portuguesa, contempla-se também o que é proposto pelos “Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul”, já que eles apresentam como quinto procedimento de leitura a realização do estudo do texto. Esse momento refere-se à identificação das “partes do texto que se relacionam, que efeitos têm os mecanismos de coesão, que implícitos são importantes para a leitura global do texto, de que modo a escolha de palavras constitui o ponto de vista expresso” (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p. 61).

A obra destaca os objetivos a serem atingidos com o estudo do texto. Contudo, não expõe como será a metodologia a ser aplicada para a compreensão satisfatória do discurso, por isso ressalta-se a importância e a possibilidade de aplicação da teoria como subsídio ao ensino de Língua de Portuguesa. Ou seja, com a aplicação indireta da teoria, os estudantes compreenderão os implícitos, identificarão as partes que se relacionam e o sentido que elas conferem à materialidade linguística.

Pelos elementos apresentados acima, apresenta-se a TAL (TBS) como possível subsídio para o docente, uma vez que ela pode auxiliar na análise do texto. A aplicação da teoria ao ensino deve ocorrer de forma indireta (pela transposição didática), já que a ela pode ser suporte teórico para o docente, que, conhecendo-a, fará as adaptações necessárias para a aplicação em sala de aula.

Cabe lembrar que, de acordo com Ducrot, o centro de interesse do analista deve ser o enunciado, sendo que o contexto exterior ao discurso é considerado como um complemento ao dito. Assim, para a possível aplicação da teoria ao ensino deve-se considerar essa visão. Ou seja, o texto deve ser o foco de análise, verificando a ideia defendida pelo locutor de acordo com o que foi posto no texto. No entanto, o contexto exterior ao discurso (quem é o locutor,

que lugar ocupa no momento da enunciação) pode ser visto e analisado como complemento a essa análise enunciativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, questionou-se sobre qual seria a teoria que forneceria os subsídios necessários para refletir/compreender o discurso e como deveria ser realizada a análise enunciativa. Após a exposição, afirmou-se que a TAL, com os conceitos presentes na Teoria Polifônica e na Teoria dos Blocos Semânticos, pode ser aplicada tanto na análise enunciativa de textos quanto na compreensão e interpretação realizadas nas aulas de Língua Portuguesa, pois fornece conceitos que conduzem a uma reflexão do material linguístico presente no discurso. Assim, analisando o enunciado em suas relações, pode-se construir o sentido apresentado pelo locutor de um texto.

Um dos objetivos do trabalho versava sobre a comprovação de que o sentido estava expresso no *dito*, por isso o desenvolvimento da análise enunciativa. Comprovou-se que o sentido está presente no enunciado, já que, para construir o bloco semântico (ponto de vista defendido pelo locutor), foi necessário apenas verificar o sentido expresso no enunciado e na sua relação com os outros enunciados (verificando o significado das palavras e o sentido do enunciado).

Reafirma-se que, com a teoria apresentada, o sentido dos enunciados está presente nos encadeamentos argumentativos aos quais estão associados e com os quais se relacionam. Eis a importância da teoria para o ensino, já que ela pode fornecer os subsídios teóricos necessários para que o estudante compreenda aquilo que foi expresso ao longo do discurso a partir da análise do enunciado e suas relações com os demais.

Ao longo das aulas de Língua Portuguesa, espera-se que o estudante torne-se um leitor competente, compreendendo os mais variados textos. Para atingir esse objetivo, pode-se aplicar a TAL, uma vez que ela pode fornecer os subsídios para que ele compreenda que o argumento defendido pelo locutor está expresso no discurso, e não no contexto externo ao texto. Ou seja, que os argumentos discursivos estão postos no discurso e, com sua análise, compreende-se a totalidade do discurso.

Por fim, destaca-se que, o trabalho apresentado pretende continuar o debate que visa apresentar a possibilidade de aplicação da Teoria da Argumentação na Língua no ensino, como um possível subsídio para o professor.

THEORY OF ARGUMENTATION IN LANGUAGE: A PATH TO INTERPRETATION

Abstract: With theoretical basis on the Theory of Argumentation within Language of Oswald Ducrot, more specifically the Theory of Semantic Blocks, and having the discourse as central interest, its meaning, and teaching, the objective of this paper was to construct the meaning of the analyzed text by applying the concepts provided by the theory presented, showing its relevance to the Portuguese language teaching, specifically with regard to text comprehension. We concluded that the argumentation, producer of sense, is present in the linguistic materiality, reason why the Theory of Argumentation in Language is an important theoretical support for teachers who aim better results in textual interpretation and comprehension activities, since *what is said* becomes the center of analysis.

KEY - WORDS: Theory of Argumentation in Language. Enunciative analysis. Portuguese Language Teaching.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Tânia Maris de. Semântica Argumentativa: a teoria e seu potencial para a pesquisa e ensino. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges (organizadoras). **Enunciação e discurso: tramas do sentido**. São Paulo: Contexto, 2012.
- BARBISAN, Leci Borges. O sentido no discurso: o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: FANTI, Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges (organizadoras). **Enunciação e discurso: tramas do sentido**. São Paulo: Contexto, 2012.
- BOTH, Joseline Tatiana. Por uma abordagem enunciativa da leitura no Ensino Fundamental: o livro didático. **Letras Hoje**, Porto Alegre, RS, v. 43, n.1, p. 57-62, janeiro/março 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa una introducción a la Teoría de los Blocos Semánticos**. 1ª ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CONTERATTO, Gabriela Betania Hinrichs. Uma contribuição da semântica argumentativa para a produção e compreensão da prova testemunhal. **Letras Hoje**, Porto Alegre, RS, v. 43, n.1, p. 33-40, janeiro/março 2008.
- CORDANO, José Alberto Mujica. José Mujica: **“Queremos combater o narcotráfico ao roubar-lhe o mercado”**. 27/11/2013. Zero Hora, Porto Alegre, 27/11/2013. Entrevista concedida a Léo Gerchmann. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/mundo/noticia/2013/11/jose-mujica-queremos-combater-o-narcotrafico-ao-roubar-lhe-o-mercado-4346460.html>>. Acessado em 20/02/14 às 8:30.

CRUZ, Gabriela Fontana Abs. A Aplicação Da Teoria Da Argumentação Na Língua No Ensino De Língua Portuguesa. In: **Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso**, 2012. Porto Alegre. Anais do SITED – Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, p. 175-182. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/GabrielaFontanaAbsdaCruz.pdf>>. Acessado em 09/07/2014, às 10 h.

DELANOY, Cláudio Primo. O papel do leitor pela Teoria da Argumentação na Língua. **Letras Hoje**, Porto Alegre, RS, v. 43, n. 1, p. 27-32, janeiro/março 2008.

_____. A fábula e seus constituintes: uma análise argumentativa. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Da Universidade de Passo Fundo**, Passo Fundo, RS, v. 3, n. 2, p. 182-192, julho/dezembro de 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

_____. **Polifonia y Argumentacion. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análises del Discurso**. Cali: Univerdidad del Valle, 1988.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. DEPARTAMENTO Pedagógico. **Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul**. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Secretaria de Estado de Educação. Porto Alegre: SE DP, 2009.

RÖRIG, Cristina. Uma marca de alteridade na linguagem: a pergunta sob um olhar semântico-argumentativo. 4 de janeiro de 2012. 140 folhas. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica – PUCRS. Porto Alegre, 04 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4000>. Acessado em 29/06/14, às 18:00.

SILVA, Nívea Rohling Da. O Gênero Entrevista Pingue-Pongue: Reenunciação, Enquadramento E Valoração Do Discurso Do Outro. 29 de agosto de 2007. 236 folhas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 29 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLG0389-D.pdf>>. Acessado em 29/06/14, às 18:00.